

# CDE discute gatilho, pacto e FND

## MILANO LOPES

A distribuição dos Cz\$ 120 bilhões da Receita do Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND — no corrente ano, e a definição do volume de investimentos das empresas estatais são os principais assuntos incluídos na agenda da reunião de amanhã do Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE —, que marca o início das atividades do Colégio, suspensas desde 1979.

Além dos integrantes do CDE, participarão da reunião, convocados pelo presidente da República, os ministros chefes das Casas Civil e Militar e do SNL. Como o Conselho não tem atribuições deliberativas, sendo apenas um órgão de assessoramento do presidente da República, as decisões eventualmente tomadas não o serão por votação, mas simplesmente anunciadas por Sarney.

## ALOCACÃO

Dos Cz\$ 120 bilhões da receita estimada do Fundo Nacional de Desenvolvimento, 30% serão destinados aos investimentos no setor siderúrgico, outros 30% ao setor elétrico, distribuindo-se os restantes com outras áreas, inclusive Cz\$ 5 bilhões para o financiamento de projetos agropecuários e mais Cz\$ 5 bilhões para financiar um programa de construção de armazéns e silos.

Quanto aos investimentos das empresas estatais, a estimativa é da aplicação de Cz\$ 160 bilhões, concentrando-se os maiores volumes de recursos nos setores de infra-estrutura econômica, especialmente energia e siderurgia. Uma parcela deverá ser destinada ao programa de saneamento financeiro da Siderbrás, cuja dívida externa soma US\$ 17 bilhões e deverá ser parcialmente assumida pelo Tesouro.

A oportunidade da reunião do CDE será aproveitada para um deba-

te mais aberto, com a participação de todos os ministros da área econômica e do ministro do Trabalho a respeito da necessidade de montagem de uma nova política de reajustes salariais que possa substituir a escala móvel do "gatilho", cujo acionamento, por mais de uma vez em cada 12 meses assusta o governo.

## PACTO

O ministro do Trabalho, por sua vez, fará uma exposição sobre os resultados de suas gestões junto às lideranças sindicais dos trabalhado-

## Rezende desconhece pauta do encontro

### BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Agricultura, Iris Rezende, convocado para participar da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE — afirmou, ontem, desconhecer a pauta do encontro e não ter propostas definidas para ele. "Vou limitar as minhas discussões dentro da pauta definida pelo governo", disse.

Conforme declarou, o ministro se restringirá a ressaltar a necessidade de que o governo faça um realinhamento de preços para os produtos agrícolas. Para ele, a classe produtora vem sendo prejudicada com o aumento dos custos de produção, e do dinheiro para financiamento. Disse também que expressará ao presidente Sarney a disposição dos produtores rurais de corresponder à determinação do governo em troca de recursos suficientes e preços justos.

res, vendendo a idéia do pacto social e anunciará os próximos passos a serem dados: uma reunião com essas lideranças — CUT, CGT e Confederações — no próximo dia 15, em Brasília, e o início das conversas formais com as lideranças empresariais.

A resistência da CUT para formalizar qualquer entendimento com o governo, e a exigência de reivindicações impossíveis de serem atendidas, como a revogação das medidas do Cruzado II e o não-pagamento da dívida externa, representam um claro sinal de que o entendimento defendido pelo governo fracassará, a menos que seja deixada de fora a CUT.

Finalmente, o ministro da Fazenda fará uma exposição sobre a política de juros. Reconhecerá a necessidade dela pelo menos em caráter temporário, para efeito de inibir o consumo, mas anunciará gestões junto aos banqueiros no sentido de manter o custo do dinheiro em níveis toleráveis, a despeito das expectativas de crescimento inflacionário neste e no próximo mês.

## CDE

O Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) vai discutir também na sua reunião de amanhã, segundo apurou o repórter Helival Rios, o problema do endividamento dos Estados e municípios. Os dados levantados para subsidiar os debates no CDE apontam como os maiores devedores em 1987, pela ordem, os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. O total da dívida interna dos Estados e municípios brasileiros é de Cz\$ 171,1 bilhões, enquanto a dívida externa atinge US\$ 4,9 bilhões. O presidente Sarney quer que o CDE aponte soluções para o saneamento financeiro dos Estados e municípios

(Brasília/Agência Estado).